

BAD — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. ACTIVIDADES.

A Feira do Livro e o Manifesto da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

A Feira do Livro de 1974, realizada em Lisboa (Avenida da Liberdade), de 11 de Junho a 3 de Julho, foi a primeira que se efectuou sob o regime da liberdade conquistada a partir de 25 de Abril. Por isso, ela teve um matiz nitidamente político, como era fácil de prever. Assim, o programa foi o seguinte: Junho — Dia 17 — Dia do Bibliotecário. Dia 18 — Dia do livro político, com a colaboração de José Manuel Tengarrinha e do Coro da Juventude Musical. Dia 22 — Dia da Liberdade de Expressão — Reunião dos artistas e intelectuais exilados com elementos da Associação Portuguesa de Escritores. Venda de uma brochura editada pela Associação dos Editores e Livreiros, contendo os títulos dos livros proibidos pela censura desde 1938 até Abril de 1974. Dia 25 — Dia da Unidade Democrática. Dia 29 — Dia da Democratização da Cultura (com a colaboração do compositor Fernando Lopes Graça, Olga Pratz e da Companhia Portuguesa de Ópera Buffa sobre o tapete).

Uma vez mais, também os bibliotecários, arquivistas e documentalistas estiveram presentes e, desta vez, através do seu órgão de classe, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que apresentou ao País um *Manifesto* onde estão consignadas as grandes linhas de actuação para um vasto plano de remodelação das estruturas fundamentais em que a nossa actividade se exerce. Tal *Manifesto* é um verdadeiro documento histórico neste sector, em Portugal, pois, se tais aspectos programáticos não forem seguidos, podemos então ter a certeza de que as coisas só não se levam a efeito por vontade dos que têm a capacidade de decisão, isto é, os poderes públicos, como há longos anos vimos proclamando.

Dado o interesse do documento em questão, vamos transcrevê-lo na íntegra:

MANIFESTO

1. *A alteração das estruturas do País no sentido da democratização implica necessária e imprescindivelmente a participação das Bibliotecas, dos Arquivos, e dos Serviços de Documentação, como organismos especializados na informação de apoio a toda a actividade cultural e científica, bases inegáveis de qualquer forma de desenvolvimento.*
 Segundo o bibliotecário indiano, Dr. Ranganathan,
 — «os livros existem para serem utilizados;
 — cada livro deve ter o seu leitor;
 — cada leitor deve ter o seu livro;
 — o tempo do leitor deve ser poupado;
 — uma Biblioteca é um organismo em crescimento contínuo».
 Segundo o bibliotecário inglês, Dr. Raymond Smith,
 — «o povo tem necessidade de saber;
 — a função do bibliotecário, do arquivista e do documentalista é garantir que essa necessidade seja satisfeita».
2. *As Bibliotecas, os Arquivos e os Serviços de Documentação são o repositório de toda a informação e não só permitem a gradual formação de fundos bibliográficos cuja acumulação constitui património cultural em permanente valorização, mas servem de base a toda a dinâmica de suporte às actividades de investigação e de transmissão do conhecimento.*
 Os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas são os técnicos especializados dos quais se espera que tornem operantes e abertos ao público utilizador os organismos que devem ter a seu cargo facultar o acesso à informação.

Os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas são os obreiros de um conjunto de técnicas tendentes a facilitar o apoio ao desenvolvimento, ao ensino, à investigação.

Os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas, ao mesmo tempo que conservam os elementos de informação postos à sua guarda e os tratam de modo a que as gerações futuras deles possam ter conhecimento, ao mesmo tempo também aplicam técnicas que permitem ao leitor actual a consulta imediata e eficaz desses elementos.

3. As Bibliotecas, os Arquivos e os Serviços de Documentação devem estar planificadamente organizados de modo a permitir a todas as pessoas, desde a mais tenra idade, iniciarem-se na utilização dos meios disponíveis para o seu desenvolvimento cultural.

Os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas, pela sua formação e pelos seus interesses profissionais, preparam e aplicam as técnicas necessárias para a utilização dos organismos onde trabalham, como verdadeiros centros culturais, onde a transmissão dos conhecimentos é posta à disposição do utilizador por todos os processos disponíveis e conhecidos, desde a utilização directa das espécies (livros e periódicos) até ao emprego dos meios áudio-visuais e outros, mais modernos, postos pelo progresso técnico ao serviço da cultura.

4. As Bibliotecas, os Arquivos e os Serviços de Documentação representam importantes elos de ligação entre os homens e entre os povos. São elementos de cooperação pacífica com vista ao desenvolvimento.

Os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas são os responsáveis operantes pela circulação e utilização de uma literatura científica, cultural e recreativa sem fronteiras.

5. Pondo de lado as atitudes passivas da sugestão que tem de esperar ser aprovada para poder ser posta em prática, e pelas razões atrás expostas, entendem os bibliotecários, os arquivistas e os documentalistas ter chegado o momento de:

- 1.º — Criar um plano nacional de leitura que leve o livro, a publicação periódica, os meios áudio-visuais, a todos os pontos do país;
- 2.º — Instituir como efectivo e operante um Instituto Nacional do Livro;
- 3.º — Criar um Sistema Nacional de Informação Científica, Técnica e Cultural, abrangendo todos os sectores do conhecimento;
- 4.º — Contar efectivamente com a colaboração de todas as autoridades nacionais, municipais, locais, numa planificação que leve à difusão da leitura e dos meios áudio-visuais, visando a promoção da cultura;
- 5.º — Criar redes de bibliotecas infantis e juvenis, com programas de promoção cultural;
- 6.º — Planificar, a nível nacional, todas as bibliotecas existentes e a criar, de forma a uma cooperação organizada;
- 7.º — Contar efectivamente com a participação dos técnicos que trabalham em tais estabelecimentos nos planos e na resolução de toda a problemática que diga respeito ao sector;
- 8.º — Preparar o pessoal técnico que trabalha em tais organismos com:
 - a — licenciatura em Ciências Documentais;
 - b — cursos regulares para pessoal técnico médio;
 - c — cursos de reciclagem;
 - d — reuniões técnicas;
 - e — assistência de peritos;
 - f — visitas e estágios fora do país.
- 9.º — Estabelecer as carreiras profissionais do pessoal que trabalha em Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação;
- 10.º — Definir as respectivas profissões.
- 11.º — Criar, no Ministério da Educação e Cultura, uma Direcção-Geral de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, organismo coordenador e fonte dinamizadora de todas estas actividades.
- 12.º — Regular um serviço nacional de trocas de duplicados, de maneira a estabelecer-se uma harmónica distribuição das espécies bibliográficas existentes em duplicado nos organismos oficiais;
- 13.º — Dinamizar e articular os Catálogos Colectivos Nacionais, de que resulte uma real economia e uma melhor distribuição do conhecimento.
- 14.º — Habituar e preparar os estudantes, a todos os níveis, na procura bibliográfica e na utilização das estruturas documentais de informação, elemento primordial da revolução pedagógica que se deseja ver adoptada por todo o nosso Ensino.

Contactos com membros do Governo Provisório

Aproveitando a ocasião em que o Governo Provisório está a rever a situação dos trabalhadores da administração pública, a BAD tomou a iniciativa de marcar uma entrevista com a Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e da Investigação Científica, tendo entregado, ao mesmo tempo, uma carta relativa a problemas da classe (1).

(1) Foi entregue também uma cópia dessa carta no MEC, no Ministério da Coordenação Económica e na Presidência do Conselho.

A entrevista porém só se realizou no dia 17 de Junho, *Dia do bibliotecário*. A Secretária de Estado mostrou-se muito receptiva aos problemas expostos, de tal modo que encarregou a direcção da BAD, como único órgão legal de classe, de elaborar uma série de trabalhos que forneçam ao Governo elementos necessários para a resolução desses mesmos problemas.

Transcrevemos, na íntegra, a carta que foi entregue àquela alta individualidade do elenco governativo:

«Excelentíssima Senhora
Secretária de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica

Excelência:

Anunciou o Governo Provisório a revisão, em breve prazo, da situação dos trabalhadores da Administração Pública.

Julga-se, pois, da maior oportunidade chamar a atenção para a urgência em pôr termo à flagrante injustiça da situação dos técnicos de biblioteconomia, arquivística e documentação, cujo tratamento na escala da função pública não está, de modo algum, de acordo nem com a importância crescente das funções que exercem, nem com as habilitações que lhes são exigidas para o desempenho dessas funções.

Com efeito, as bibliotecas, os arquivos, os serviços de documentação e informação, são o repositório de toda a informação e servem não só para a gradual formação de fundos bibliográficos, cuja acumulação constitui património cultural cada vez mais valioso, mas também de base a toda uma dinâmica de suporte às actividades de investigação e de transmissão de conhecimento.

No entanto, para que estas actividades sejam realmente operantes e dinâmicas, e sirvam cabalmente os fins que delas se esperam, é necessário todo um tratamento cujas técnicas se situam no âmbito dos conhecimentos especializados daqueles trabalhadores.

Apesar disso, verifica-se que, nos quadros da Administração Pública estes técnicos, que eram, em 1966, equiparados a uma situação intermédia entre 3.º e 2.º oficial, estão ainda colocados numa posição de acentuado desnível, em relação às habilitações que lhes são exigidas, tendo em conta a posição dos técnicos das demais especialidades.

Na verdade, o bibliotecário, arquivista, documentalista, tem um diploma de curso superior, mais um diploma de curso de especialização post-universitária. Tem, por outro lado, um tipo de preocupações que o liga intimamente a todas as infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, o ensino e a investigação.

Por isso, considera-se imprescindível, no momento actual:

1 — que seja imediatamente revista a situação profissional destes técnicos para os quais se preconiza o seguinte tratamento:

3.º bibliotecário — técnico de 2.º classe

2.º bibliotecário — técnico de 1.º classe

1.º bibliotecário — técnico especialista

bibliotecário-chefe — técnico-chefe

e, nos casos de exercício de funções de chefia, deverão ser as mesmas objecto de gratificação própria, nos moldes gerais atribuídos aos demais técnicos do Estado que as exerçam em categorias equivalentes.

2 — que seja atribuída a designação de Bibliotecário, Arquivista ou Documentalista unicamente às pessoas portadoras dos requisitos legais para o efeito (os diplomas citados acima ou a sua equivalência).

3 — que seja reconhecida como indispensável a participação efectiva dos técnicos de biblioteconomia, arquivística e documentação, em todas as decisões superiores dos Serviços relacionados com as suas actividades.

Lisboa, 11 de Junho de 1974

A Direcção da
Associação Portuguesa de
Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas».

Dia do bibliotecário

Integrado na Feira do Livro de Lisboa o *Dia do bibliotecário* foi comemorado com diversas actividades:

1 — Inauguração, na Biblioteca Nacional de Lisboa, de uma exposição seleccionada de livros portugueses de biblioteconomia, arquivística e documentação, tendo um dos membros da direcção da BAD proferido algumas palavras sobre o momento actual e a situação da classe no contexto da sociedade política, económica e cultural do futuro.

2 — Leitura, aos microfones da Feira do livro, pela colega Maria Guiomar Ferrão, do *Manifesto* que foi gravado e repetido durante essa noite e de que a imprensa, a rádio e a televisão deram notícia no dia imediato.

3 — Jantar de confraternização, num restaurante de Lisboa, que reuniu elevado número de presentes.

Exposições

De 23 a 4 de Maio o British Council, com a colaboração da BAD, organizou uma exposição de publicações periódicas britânicas especializadas em *information retrieval* no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Prémios

No intuito de estimular o gosto pela investigação, a direcção da BAD resolveu instituir um prémio anual a atribuir aos três melhores trabalhos técnicos no âmbito das nossas respectivas especialidades.

Esse prémio será de dez mil escudos cada, além da publicação dos trabalhos premiados, se eles forem inéditos, ou da sua reedição actualizada ou simples divulgação, se já tiverem sido publicados.

Assim, todos os colegas são convidados a comunicar os temas dos trabalhos que queiram apresentar, afim de se evitarem repetições.

Reuniões e cursos

a) Reuniões de valorização profissional — Lisboa.

Do programa da BAD, relativo a reuniões durante o ano em curso, constaram os seguintes temas:

Problemática das bibliotecas. O caso português. Problemática dos arquivos. O caso português; Problemática dos serviços de informação e documentação. O caso português, respectivamente pelas colegas Maria José Sabino Moura, Eugénia Ribeiro da Costa e Maria Isabel Loff.

b) Os colegas Manuela Cruzeiro, como delegada da BAD, Jorge Peixoto, como delegado do MEC e Ermelinda Soares, como representante da Universidade do Porto, estiveram presentes na Conferência Intergovernamental sobre as Infraestruturas de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, que se realizou de 23 a 27 de Setembro, em Paris, sob os auspícios da Unesco e em colaboração com a FIAB, FID e CIA.

Visto que esta Conferência se revestiu de muito interesse, a BAD convidou todos os colegas para o relato que os três delegados portugueses apresentaram, posteriormente, na Sede da Associação.

c) Iniciação à utilização do computador (1).

A colega Maria Teresa Pinto Mendes fez na sede da Associação uma exposição em quatro sessões sobre «Iniciação à utilização do computador», durante a qual teve ocasião de referir a experiência obtida no estágio de várias semanas junto de um serviço de biblioteca automatizada no Brasil. O sumário da sua exposição foi o seguinte:

1. Objectivo a atingir com a esta iniciação; método a seguir.
2. Exemplificação de realizações possíveis no domínio das técnicas bibliográficas e documentais e serviços informativos. Tipos de problemas. Dado, cálculo, impressão. Armazenamento. A informação directa.
3. Descrição sumária do equipamento.
4. Análise das fases do processamento a partir de um dos exemplos apresentados em «2».
5. Exigências que o processamento impõe aos serviços bibliográficos, documentais e informativos.
6. A integração de todos os problemas num sistema e subsistemas.
7. Planificação geral dos trabalhos para a automatização dos serviços bibliográficos e informativos da Universidade de Coimbra.
8. Resolução dos problemas apresentados em «2» para conhecimento de mais possibilidades do FORTRAN.

d) Seminário sobre «bancos de dados».

Iniciaram-se no dia 4 de Novembro os trabalhos do Seminário sobre *bancos de dados*, cujo programa constou do seguinte:

1. Sistemas de informação: sistemas de documentação; bancos de informação; bancos de dados.
2. Definição e características dos *bancos de dados*: conceitos de «dado» e de «informação»; identificador e identificável; estrutura dos *bancos de dados*; estrutura lógica dos dados; estrutura física dos dados.
3. Funções de um sistema de gestão de *banco de dados*.
4. A função «descrição»: processo de criação dos dados; tipos de dados; controlos; catálogos.
5. A função «manipulação»: criação dos ficheiros actualização dos dados: nível da actualização.
6. Segurança dos ficheiros: segurança física; segurança de acesso.
7. A função «utilização»: interrogação; sub-funções de cálculo; edição.
8. As linguagens dos *bancos de dados*: linguagem de descrição; linguagem de interrogação.

(1) O mesmo curso foi feito para os colegas de Coimbra, com início em 22 de Julho.

9. Apresentação de algumas realizações.
10. Bancos de dados económicos: sistemas SPHINX-ARGOS-SIRF do Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE), de Paris.
11. Implantação de um «banco» de informação no âmbito de uma Federação de Empresas Belgas.
12. Bancos de dados urbanísticos.
13. Bancos de dados e ficheiros administrativos: Repertórios de administração francesa (SAFARI-SIRENE); bancos de dados: SIROCO-ENEIDE.
14. Uma experiência portuguesa na questão *bancos de dados*.
15. Problemas da implantação de um *banco de dados*.

Reuniões da Assembleia Geral

Dado o momento político que se vive, a BAD tem promovido várias assembleias gerais para discussão de alguns problemas relacionados com a possível criação de um organismo sindical — abrangendo bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Alguns sócios manifestaram o interesse em que a nossa Associação subsistisse, mantendo os fins a que se tem proposto e integrando-se cumulativamente no espírito do novo enquadramento sócio-cultural.

Correspondendo a esse interesse, a Direcção solicitou e recebeu de vários colegas algumas sugestões construtivas para alteração dos Estatutos, que foram logo apreciados e aprovados em posterior Assembleia Geral.

Na 1.ª assembleia geral extraordinária ficou decidido entre outras coisas, na ocasião oportunas, que fosse exigido o reconhecimento e respeitados os direitos dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, no âmbito da direcção e gestão dos organismos específicos onde se processe a sua actividade, a fim de se evitarem situações em que os problemas de ordem técnica dos serviços possam ser postos em causa.

Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Foi suspenso para o próximo ano este *Estágio*, estando em estudo a sua reestruturação. Por esse facto, a BAD pede a todos os nossos colegas, e com a maior brevidade, opiniões, sugestões e estudos que julguem devam ser apresentados superiormente, como contribuição da nossa Associação para a reestruturação de um problema de tão grande importância.

Grupos de Trabalho

Dando continuação ao MANIFESTO tornado público no DIA DO BIBLIOTECÁRIO, e tendo em conta os contactos que alguns colegas já fizeram anunciando querer fazer parte dos Grupos de Trabalho que tomarão a seu cargo os vários temas propostos, foram criados Grupos de Trabalho com os seguintes Temas:

- GT. 1 — Plano Nacional de Leitura
- GT. 2 — Instituto Nacional do Livro
- GT. 3 — Plano Nacional de Serviços de Informação Científica, Técnica e Cultural
- GT. 4 — Relações Exteriores
- GT. 5 — Redes de Bibliotecas Infantis e Juvenis
- GT. 6 — Formação e Actualização Profissional
- GT. 7 — Carreiras profissionais e Estatuto Profissional
- GT. 8 — Direcção-Geral de B. A. S. D.
- DT. 9 — Serviço Nacional de Trocas de Duplicados e Empréstimo
- GT. 10 — Catálogos Colectivos Nacionais
- GT. 11 — Dinamização da pesquisa bibliográfica e documental
- GT. 12 — Plano Nacional de Arquivos.

*
* * *

Reflexões sobre Leitura, Democracia e Bibliotecas Públicas

No contexto da vida política e cultural portuguesa post Movimento 25 de Abril está implícito um processo de democratização de estruturas e solicitação a reflexão crítica acerca das reformas a efectuar para atingir os objectivos expressos no Programa do M. F. A.

Em todos os sectores discutem-se e projectam-se estratégias das acções a empreender numa manifestação de fecunda actividade que, estamos certos, produzirão os resultados e acarretarão as transformações profundas que corrijam os erros passados.

Mas é necessário ter bem presente nesta hora de esperança e responsabilidade que a opção da via democrática implica e passa por cidadãos conscientes, capazes de participarem eficazmente na vida da comunidade em que estão integrados e admitir que um país livre e democrático só subsiste com homens esclarecidos e informados.

Para os homens de ciência, investigadores, técnicos, a informação especializada é uma necessidade premente reconhecida pelas esferas responsáveis de muitos países que têm desenvolvido um esforço notável na planificação de adequadas redes de ICT, criando assim condições para a melhoria das condições económicas e consumação da justiça social.

Mas, de momento, limitemos o âmbito das presentes reflexões aos problemas da leitura como factor determinante de aquisição de cultura e ocupação dos tempos livres.

Após a escolaridade obrigatória grande parte da população perde o hábito da leitura devido a factores físicos, psicológicos, sociais que dificultam o acesso ao livro. Formula-se então a questão: Como conduzir o livro ao leitor, que fazer para o livro ter a difusão comparável, em extensão e eficácia, à dos restantes meios de comunicação?

Como resposta possível temos a biblioteca pública como local de difusão e atracção, tendo a missão de ajudar o leitor a escolher livremente temas de reflexão, contribuindo assim para a existência de uma atitude crítica e participação consciente na vida da comunidade.

Referindo assim a imperiosidade política de fomentar e organizar a leitura pública, situamos forçosamente a biblioteca como precioso canal educativo, foco irradiante de cultura e oficina aberta a *todos*, veículo singularmente útil para a transmissão e difusão de conhecimentos e existência de uma atitude crítica face às questões públicas.

Por tradição a biblioteca pública era estática, considerada local de conservação das espécies bibliográficas.

A sua nova vocação é a mobilidade: mobilidade de fundos bibliográficos constantemente renovados para acompanhar a produção cada vez mais abundante e variada, mobilidade do livro que não deve estar encerrado nas estantes mas a circular no exterior, nas mãos dos homens que querem saber, mobilidade na rede de distribuição que deve acompanhar a vida quotidiana da comunidade criando anexos, entrando em associações, sindicatos, fábricas, hospitais, prisões e circulando até às zonas rurais mais afastadas.

Referindo o «Manifesto» da Unesco (1) assinalamos os objectivos propostos para a acção a desenvolver pelas bibliotecas públicas: «dar aos adultos e crianças a possibilidade de acompanhar a sua época, jamais cessar de se instruir e acompanhar os progressos alcançados nas ciências e nas artes. Apresentadas de forma atraente e constantemente renovadas, as suas colecções devem ser a prova viva da evolução do saber e da cultura. Assim poderá ajudar os leitores a formular as suas próprias opiniões e desenvolver o gosto e faculdades críticas e criadoras. Compete à biblioteca pública transmitir os conhecimentos e ideias qualquer que seja a forma de expressão».

Considerar a biblioteca pública como serviço educativo indispensável no equipamento social e cultural da comunidade, tem sido preocupação e objectivo da valiosa acção desenvolvida pela Unesco, patenteada no referido «Manifesto», em que a biblioteca pública é definida como «instituição democrática de ensino, cultura e informação e que, para alcançar estes objectivos, tem de ser de fácil acesso e as suas portas estarem abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raças, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de educação».

A primeira prioridade de um plano de reestruturação será conseguir que a imagem exacta da biblioteca pública como factor fundamental do planeamento integral da educação seja assimilado por todas as autoridades estatais ligadas à vida cultural nacional, sensibilizá-las para extrair as consequências práticas da afirmação que «os custos dos serviços bibliotecários devem ser considerados tal como os da educação, um investimento de capital e não um simples gasto de consumo», e que a formação de pessoal qualificado é condição primária do êxito de qualquer acção!

Em numerosos países em vias de desenvolvimento estes princípios foram bem entendidos e, fundamentados na já longa experiência de assistência técnica e material da Unesco, procedeu-se à análise e diagnóstico das situações concretas existentes como ponto de partida para a definição dos objectivos a alcançar e formulação, pelos directamente interessados, dos procedimentos e recomendações adequadas.

Em Portugal — e salientamos que encaramos unicamente o problema da leitura pública — a total ausência de estruturas, e inoperância dos órgãos de cúpula, são factos bem reais, denunciados nos últimos anos nas páginas de *Cadernos* e no decorrer de 4 Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas realizados. Aí se ergueram vozes responsáveis a apontar as carências e abandono a que estavam votadas as bibliotecas públicas portuguesas que não oferecem à população o serviço actuante e diversificado que o momento histórico que atravessamos exige.

Salvo raras e esporádicas excepções, verifica-se que não existem em Portugal bibliotecas infantis, constata-se que as bibliotecas escolares estão longe de cumprir a missão fundamental que lhes deveria competir na formação cultural das camadas juvenis, registamos que as bibliotecas universitárias não estão apetrechadas para satisfazer os anseios de cultura integral manifestados pelos jovens do ensino superior e que a rede de bibliotecas públicas urbanas e rurais não

(1) Manifeste de l'Unesco sur la bibliothèque publique. «Bull. Unesco Bibl.» Paris, 26(3) Mai-Juin 1972, p. 138-140.

está ao serviço da educação permanente, mediante uma política de captação e fomento de leitura junto das grandes massas.

É de elementar justiça salientar a acção — não isenta de crítica — dos serviços de bibliotecas fixas e itinerantes da F. Calouste Gulbenkian. Sintomaticamente foi esta instituição, à margem do Estado, quem mais contribuiu nas últimas décadas, para a presença do livro junto das grandes massas populacionais.

Visto que os responsáveis do Ministério da Educação e Cultura estão interessados na reestruturação global da vida cultural nacional compete aos trabalhadores das bibliotecas e serviços directamente ligados ao livro e sua difusão aceitar o desafio que a situação presente propõe.

Podemos destacar — felizmente — várias iniciativas positivas como o *Manifesto* ⁽¹⁾ publicado pela Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e a iniciativa de reestruturação dos serviços das bibliotecas fixas e itinerantes, em curso na Fundação Calouste Gulbenkian.

Mas neste momento é necessário mais: interessa presença em todos os departamentos e acção de sensibilização junto das entidades que intervêm na vida cultural da nação.

Chegada a hora das grandes opções políticas, os órgãos representativos dos bibliotecários — Associação, Sindicatos — terão de convidar os diversos partidos políticos a precisarem nos seus programas de acção, as orientações propostas para que as bibliotecas públicas cumpram a missão singular que lhes cabe na vida cultural da nação.

Como 1.º passo inadiável e prioritário parece-nos que compete a todos os trabalhadores das bibliotecas insistir para que seja criada, em curto espaço de tempo, a Direcção Geral das Bibliotecas, que disponha de serviços administrativos e técnicos capazes de definir as directrizes de uma acção eficaz e de possibilitar que as bibliotecas desempenhem a missão que lhes cumpre na educação permanente. (JOSÉ MANUEL MOTA DE SOUSA)

O problema da leitura

O conceituado diário nortenho «Primeiro de Janeiro» continua inserindo nas suas páginas artigos cuja flagrante actualidade importa salientar. Na sua edição de 6 de Agosto passado, sob o título em epígrafe, o crítico literário João Gaspar Simões publicava um artigo de que vamos extrair algumas passagens por as mesmas revelarem determinadas perspectivas que importa conhecer sobre a orientação do problema da leitura entre nós.

«As últimas Feiras do Livro — quer a de Lisboa quer a do Porto —, ao que me consta, foram das mais concorridas e frutuosas que ainda se realizaram entre nós. Há que extrair algumas ilacções desse fenómeno, uma vez que tais certames se realizaram em época de reconhecida crise económica, quando, em todos os sectores da vida comercial do País, se verificavam evidentes colapsos. Qual a causa primeira desta corrida ao livro? O fim da censura? Sem dúvida alguma. E proveitoso seria que as estatísticas, se porventura as entidades competentes se deram ao trabalho de proceder à elaboração de estatísticas, nos proporcionassem dados concretos sobre o género de livros que mais se venderam nesses certames e se entre esses livros figuravam, precisamente, muitos daqueles que se encontravam interditos

.....

Tenha havido ou não da parte do público uma corrida aos «arquivos do silêncio», como alguém chamou à bibliografia sonogada durante dezenas de anos, o certo é que as últimas Feiras do Livro criaram optimismo entre os livreiros e espevitaram o gosto ledor de um povo por muito tempo pouco ou nada interessado na cultura livresca. Por quanto tempo irá manter-se este ambiente de euforia, quer da parte dos que vendem quer da parte dos que consomem livros? Muito gostaríamos de ser profetas na matéria. A única profecia que nos atrevemos a fazer é aquela que ocorreria ao próprio Bandarra. Em Portugal, País de incontáveis analfabetos e de minoritário nível económico, o futuro do livro corre parrelhas com o futuro da própria Nação. Alfabetizando-se o povo e elevando-se-lhe o nível económico, o livro tornar-se-á, de ano para ano, cada vez mais, artigo de primeira necessidade para o português.

Vai levar tempo a criar na massa de leitores o sentido crítico sem o qual a leitura pouco ou nada beneficiará quem lê? Sem dúvida.

A escolha do livro que cada um deve ler, diga-se o que se disser da crítica, depende tanto desta, da crítica que informa, como daqueles, leitores, dos que consomem o artigo que autores e editores lhes proporcionam. Em última análise, a capital função da primeira é preparar, no leitor, os estímulos selectivos que, mais tarde ou mais cedo, o ajudarão a escolher por si as suas próprias leituras, não só no plano dos géneros como no plano dos autores. E se é verdade que a cultura proporcionada pelo livro deve ser tanto quanto possível vária — não se particularizando a curiosidade de quem lê numa única ordem de problemas, causa primeira de toda a especialização deformante do espírito —,

(1) Ver texto integral neste número de *Cadernos* p. 133-134.

há que ter em conta a legítima predisposição intelectual orgânica do leitor para certos géneros de leitura, a qual, em larga medida, depende da variedade dos contactos culturais mantidos com aqueles a quem podemos chamar «mentores do espírito».

Estamos, de momento, numa encruzilhada da cultura nacional, isto é, no início de uma «culturação» que, em não poucas camadas sociais, deve considerar-se zero. Bem pode ser, por isso mesmo, que o leitor recém-chegado ao patamar da leitura se incline para aquele género de livros onde, por um lado, descobre o que ao longo de muitos anos não pôde entrever — os livros de formação político-social — e, pelo outro, lubrifica toda um horizonte literário novo na perspectiva das suas leituras.

Ler muito, mas criteriosamente, para que a cultura se não converta em incultura e a leitura se não torne, em vez de um enriquecimento da inteligência, numa deformação dela, eis o que nos parece importante. Nunca, como agora, se nos antolha tão urgente o papel dos guias intelectuais, dos críticos. De facto, só eles estão em condições de orientar os primeiros passos desses que, no campo da cultura, tanto podem ascender aos picos mais elevados como precipitar-se nos mais negros abismos».

O «Dia Mundial da Criança», no Porto

Esta data foi comemorada pela Biblioteca Pública Municipal do Porto com um programa que incluiu uma exposição do livro infantil, projecções de «slides» acompanhadas da leitura gravada de textos e algumas outras iniciativas adaptadas à idade dos pequenos leitores — das quais se destaca a «hora do conto».

Também, a Feira do Livro promoveu, nesse mesmo dia, uma série de manifestações culturais centradas no livro e na criança, a que não faltou, sequer, o teatro de fantoches, a leitura de livros infantis ilustrada com música e assinatura de autógrafos por parte dos escritores Correia Alves, Ilse Losa, Luísa da Costa, Matilde Rosa Araújo e Mário Castrim.

Biblioteca Pública de Braga — V Concurso de Aproveitamento de Leitura

Realizou-se, em Março passado na Biblioteca Pública de Braga, o V Concurso de Aproveitamento de Leitura, promovido pela Comissão Orientadora de Leitura Juvenil da Biblioteca Pública que, assim, prossegue na execução do plano de actividades que se propôs levar a efeito para uma melhor formação intelectual da juventude.

A afluência de jovens à Biblioteca Pública, em busca das obras sobre as quais incidiam os questionários, tem aumentado sempre de concurso para concurso, o que constitui motivo de grande satisfação para os responsáveis por tão útil movimento em prol da cultura das camadas mais jovens.

Basta os números de leitores inscritos, por idades, para se fazer uma ideia da oportunidade e interesse destas iniciativas culturais da Comissão.

E esses números são os seguintes: 10 aos 12 anos, 248; 12 aos 14, 179; 14 aos 16, 85; 16 aos 18, 51; e 18 aos 20, 39.

Ao todo, 602 jovens sedentos de cultura e desejosos de mostrar quanto aproveitaram da leitura atenta das obras recomendadas para concurso.

No salão medieval da Biblioteca Pública, estes jovens leitores responderam por escrito aos questionários, assinados com pseudónimo; num envelope em separado, contendo na face o pseudónimo, entregaram também uma ficha com a identificação completa.

Para entrega dos prémios aos concorrentes mais bem classificados no 5.º Concurso de Aproveitamento de Leitura Juvenil, realizou-se uma sessão solene no salão nobre da referida Biblioteca, tendo usado da palavra o director da mesma, Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, e pronunciado uma conferência o Dr. Manuel Breda Simões, director do Instituto de Orientação Profissional, sob o título «A função formativa das literaturas infantil e juvenil».

A Biblioteca do Palácio da Ajuda

O incêndio que deflagrou no Palácio da Ajuda não atingiu, felizmente, a biblioteca devido à estrutura do edifício. No entanto, foi necessário pôr a salvo algumas peças bibliográficas mais preciosas atingidas pela água utilizada para combater as chamas.

Houve particular preocupação na recolha do «Cancioneiro da Ajuda» que pertencia à biblioteca do Colégio dos Nobres, os livros do Mosteiro de São Vicente, os da Mesa da Consciência e das Ordens, os da Impressão Régia, os manuscritos da Casa do Infantado, os do Desembargo do Paço, os das bibliotecas da Companhia de Jesus, Angelelli, Sá Braga e Diogo Barbosa Machado que foram integrados na Biblioteca da Ajuda nos anos seguintes à sua fundação (1756) depois de ter ardido completamente a biblioteca do Real Paço da Ribeira.

Biblioteca Nacional de Goa

A Biblioteca Nacional de Goa, actualmente denominada Central Library, tão conhecida pelo seu valioso recheio de livros, revistas e outra documentação, está a atravessar um momento difícil.

Nos últimos anos, têm sido adquiridas obras de autores estrangeiros, especialmente ingleses e americanos. Todavia, o que traz preocupados os estudiosos goeses, e nomeadamente os conhecedores da língua portuguesa, é o pouco interesse que o actual conservador da Biblioteca manifesta pelos in-fólios manuscritos, exemplares raros de publicações feitas em Goa pelos Jesuítas, no século XVI, e pelas antigas edições sobre temas de religião. O espólio da Biblioteca compreende ainda obras de autores portugueses que a antiga Biblioteca Nacional recebeu de Portugal desde a sua constituição em Pangim, durante o regime português. Tais obras ainda não se acham catalogadas.

Infelizmente, o conservador da Central Library, natural do Sul da Índia, embora possua habilitações para o exercício de tal cargo no presente regime, desconhece a língua portuguesa e a literatura latina. E, no entanto, é conservador desde a nova situação em Goa.

Acresce-se que segundo foi revelado na Imprensa local, muitos dos livros e fascículos que aguardam a constituição em volumes, classificação e posterior catalogação, foram arrumados num compartimento situado no Bairro de Santa Inês, nas proximidades do cemitério municipal, para se poder deixar livre e desimpedida a sala onde anteriormente se encontravam, na antiga Biblioteca Municipal.

Estão também ainda por classificar e catalogar os livros provenientes das bibliotecas privativas da antiga Escola Normal Luís de Camões, da cidade de Pangim, e do antigo Quartel-General do Estado da Índia Portuguesa, que continham obras valiosas, as quais, após a ocupação de Goa, em 1961, conheceram vários percalços.

Os estudiosos goeses preocupam-se com o destino que está reservado a tão valiosas obras que nos legou o passado. Compete ao Governo providenciar sobre a sua devida catalogação e conservação.

Biblioteca geral da Fundação Calouste Gulbenkian

A biblioteca em epígrafe prossegue a catalogação dos seus fundos que foram acrescidos de 576 livros e periódicos enviados por vários Serviços da Fundação.

Foram adquiridas também 2851 obras recentes sobre arte, literatura, história e cultura portuguesa, publicadas tanto no estrangeiro como em Portugal.

O conjunto dos diferentes fundos da biblioteca eleva-se presentemente a 84 524 livros e 1680 títulos de periódicos.

No decurso de 1973, inscreveram-se 2 678 novos leitores. A biblioteca foi frequentada por 10 195 leitores que consultaram 17 172 espécies — o que representa um aumento de cerca de 40% em relação ao ano anterior. Além disso, a biblioteca promoveu, ao longo do ano, pequenas exposições das últimas espécies adquiridas e outras sobre Turner, Relações entre Portugal e a Inglaterra, Armas e armaduras militares e o Natal na obra de arte. Houve várias visitas guiadas; foi prestada colaboração técnica a bibliotecas oficiais e particulares e orientado o estágio de futuros bibliotecários e catalogadores.

Biblioteca Pública das Caldas da Rainha

A Biblioteca Pública das Caldas da Rainha que, de ano para ano, aumenta o seu património com a aquisição de novos livros, registou, no passado ano de 1973, um movimento que se pode considerar bastante elevado, muito em especial a Biblioteca da Fundação Gulbenkian que ali funciona também.

Assim, os 218 sócios existentes têm mantido, com o auxílio do Município e do Centro Hospitalar, aquela Biblioteca Pública que teve o seguinte movimento de livros: adquiridos, 162; oferecidos, 14; sócios atendidos, 441 e livros emprestados 1 575. Por outro lado, a Biblioteca da Fundação Gulbenkian teve o seguinte movimento: inscritos, 667; leitores atendidos, 11 836; livros requisitados, 40 673.

Situada no Parque do Hospital da Rainha D. Leonor, esta biblioteca, fundada por Luís Teixeira e José Rodrigues Girão, com a colaboração de outros dedicados caldenses, carece, no entanto, do apoio de bibliotecários, no que respeita ao trabalho técnico, e de quantos desejam contribuir com a sua quota-parte para a sua valorização.

Biblioteca Municipal do Barreiro

Foi criado um grupo de trabalho da Biblioteca Municipal do Barreiro, aberto a toda a população e destinado à livre estruturação, discussão, divulgação e execução de ideias para a elevação do nível de cultura (espiritual e física) da população do concelho. Pretende-se desse modo que aquela biblioteca passe a funcionar em forma de autogestão.

Desenvolver-se-ão actividades exteriores aos simples serviço de consulta de livros e revistas (por exemplo: cursos para o ensino primário e secundário gratuitos, conferências, exposições filmes, actividades teatrais, debates públicos, etc.). Nestas condições caminhar-se-á para a construção de um órgão que, democraticamente, dê corpo a todas as iniciativas de carácter cultural.

A Biblioteca Municipal do Barreiro, para cumprimento deste programa, passará a ser um órgão autónomo, gerido pelos próprios utentes.

Exposição de livros de Biblioteconomia

De 29 de Março a 6 de Abril realizou-se, no Gabinete de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional de Lisboa, uma exposição de cerca de uma centena de obras sobre biblioteconomia, arquivística e documentação. Embora possa interessar a todos os colegas, destina-se, principalmente, aos alunos do Estágio de preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas e tem por fim demonstrar o papel que o Gabinete de Biblioteconomia poderá desempenhar como elemento de apoio à sua formação profissional.

Periódicos sobre Ciência e Tecnologia no Instituto Britânico — Porto

Em 24 de Maio passado, abriu, no Instituto Britânico, uma exposição organizada pelo British Council, constituída por periódicos sobre a informação no domínio da Ciência e Tecnologia, do maior interesse para bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

A exposição, que esteve patente ao público das 10 às 12 e das 15 às 19 horas, até ao dia 31 seguinte, registou uma grande afluência de interessados, entre eles quase todos os nossos Colegas residentes no Porto.

Exposição de livros sobre Arqueologia na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Na Sala de S. Pedro desta Biblioteca, durante parte do mês de Junho passado, esteve patente ao público uma exposição de livros sobre Arqueologia, organizada pelo British Council em colaboração com a referida Biblioteca.

O certame constou de cerca de 250 livros da especialidade distribuídos pelas secções seguintes: Textos de introdução à Arqueologia e Guias Arqueológicos; Livros de Consulta e Referência; Arqueologia nas Ilhas Britânicas, com as subsecções de pré-História, Romana, Medieval e Industrial; Arqueologia na Itália e o Mediterrâneo Central; Grécia e o Mar Egeu; Médio e Extremo Oriente; Egipto; Arqueologia Marítima; Técnicas e Tecnologia.

Exposição de Livros Infantis na Biblioteca Pública Municipal do Porto

Em interessante iniciativa da Biblioteca Pública Municipal do Porto, foi ali realizada — numa das dependências e sob parte das sugestivas arcadas do antigo convento — uma Exposição de Livros Infantis, que incluiu algumas centenas de volumes de autores nacionais e estrangeiros, nomeadamente dos considerados clássicos do género, tais como o dinamarquês Christian Andersen, o inglês Robert Louis Stevenson, os alemães Irmãos Grimm, e outros.

À sua inauguração, que, aliás, se revestiu de notório carácter de informalidade, estiveram presentes o director da Biblioteca, Prof. Dr. António Cruz, a bibliotecária-chefe Dr.^a Maria Fernanda de Brito e o vereador do município portuense, Eng.^o Almeida e Sousa.

Complementarmente, realizaram-se diversas manifestações de carácter cultural e formativo destinadas aos jovens visitantes, subordinadas ao programa seguinte: História do Livro, gestão, feitura e encadernação; o Livro na Actividade Lúdica; Teatro Fantoche, com leitura de um conto e participação activa das crianças; leitura e interpretação de um conto, pela poetisa D. Maria Manuela Couto Viana; «Falando de Música», com a participação de Fernando Rocha, da Emissora Nacional.

Reuniões de valorização profissional

Coimbra

8-7-1974 — Agenda

1. Apreciação do «Manifesto» da BAD de 17-6-74.

- 1.1. Formação de grupos de trabalho
- 1.2. Sugestões para novos temas
2. Informações várias

16-7-1974 — Agenda

1. Criação de grupos de trabalho para o ponto 14 do «Manifesto» da BAD.
2. Criação de grupos de trabalho para o ponto 15: Automatização das bibliotecas da Universidade de Coimbra ⁽¹⁾.
3. Informações várias.

Da análise do ponto 1, ficaram constituídos quatro grupos para estudarem o tema 14.

Dada a urgência de iniciarmos o estudo da automatização das bibliotecas universitárias, decidiu-se por unanimidade iniciar no dia 22 um ciclo de lições, proferidas pela colega Maria Teresa Pinto Mendes, sobre automatização de bibliotecas, seguido de uma visita de estudo ao Centro de cálculo automático da Faculdade de Ciências.

24-10-1974 — Agenda

1. Temática do V Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses a realizar em Braga, em 1975.

2. Assembleia geral da BAD para discussão da reforma dos respectivos estatutos
3. Informações várias.

Da discussão do ponto 1, saú o seguinte esquema temático provisório:

- 1.ª Secção — Formação profissional e formação do utilizador
- 2.ª Secção — Plano nacional de leitura
- 3.ª Secção — Plano nacional de ICT.

Porto

Reunidos em 30 de Maio passado, os colegas do Porto trataram do problema da nossa situação perante outras categorias do funcionalismo do Estado, decidindo que se impunham novas diligências, junto de quem de direito, para a revisão dessa grave situação. O documento emanado dessa reunião foi por todos assinado e imediatamente distribuído por todos os colegas do País.

A informática nos domínios da ciência e da técnica (Portugal)

Dentro do âmbito do 4.º Plano de Fomento, a Secção de Informação Científica da Sociedade de Geografia de Lisboa realizou, em Janeiro de 74, um colóquio subordinado ao tema: «Política Nacional e Dinamização da Informação Científica e Técnica» (I. C. T.). Os participantes no colóquio evidenciaram a necessidade de prosseguirem estes debates, concretamente, acerca do tema: «Estado actual das aplicações da informática nos domínios da ciência e da técnica, em Portugal».

Conferências do Prof. Ray Carpenter

Com início em 28 de Maio passado, o Prof. Ray Carpenter proferiu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra uma série de conferências sobre o tema «The organization of librarianship in America». Pela sua oportunidade, foram as mesmas seguidas com o maior interesse pelos bibliotecários de Coimbra, assim como pelos alunos e estagiários do Curso de Bibliotecário-Arquivista e por outras pessoas desejosas de se documentarem sobre um assunto de evidente actualidade.

Estas conferências contaram com a colaboração preciosa da Colega Maria Helena Laranjeiro que serviu de intérprete e a cuja acção se ficou devendo o alto aproveitamento destas lições por parte dos restantes colegas.

Mesa Redonda Internacional sobre Arquivos (Otava)

A 15.ª *Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives* realizou-se em Otava, de 7 a 10 de Outubro de 1974. O tema principal em debate foi o de «Arquivos e Relações Públicas».

Serviram de base a estas sessões de trabalhos um programa preliminar e questionários com os tópicos dos temas. Simultaneamente, os Arquivos Públicos do Canadá organizaram uma exposição de publicações relativas a arquivos.

(1) Ponto que foi acrescentado ao «Manifesto» da BAD, visto ser um problema urgente de estudo.

Para a obtenção dos programas e questionários, o endereço é o seguinte:

Secrétariat de la Table Ronde des Archives, 30 Quai Henri IV, 75004 — Paris.

Quaisquer pedidos de informações sobre a exposição poderão ser dirigidos a:

Mr. Bernard Weilbrenner, Public Archives of Canada, 395 rue Wellington, Ottawa, Ontario K1A ON3.

O Sistema Internacional de Informação sobre Investigações Documentais (ISORID)

Levam-se actualmente a cabo, em todo o mundo, numerosas investigações respeitantes a domínios documentais. No entanto, essas investigações são prosseguidas, na maioria dos países, de modo isolado e sem que haja entre elas espécie alguma de colaboração devido ao desconhecimento recíproco de tais trabalhos. Seria, porém, desejável estabelecer uma informação, ampla tanto quanto possível, sobre essas investigações, pois evitar-se-iam duplicações escusadas e o nível da documentação poderia subir atendendo à troca de experiências daí resultante.

Em face destas considerações, a UNESCO lançou em 1972 a execução do projecto em epígrafe com o objectivo de compilar, organizar, analisar e difundir informações sobre quaisquer actividades de investigação nos domínios da biblioteconomia, arquivística e documentação. Essas informações serão postas à disposição dos interessados sob uma forma acessível que permita a sua utilização com o máximo de rapidez e eficiência.

Com o fim de assegurar o êxito do sistema, foi pedido aos estados membros da UNESCO a indicação de uma ou mais instituições nacionais (Centros Nacionais de Transferência da Informação — CNTI) que teriam por missão recolher e transmitir para a Secretaria da UNESCO todas as informações relativas aos projectos nacionais de investigação nesses domínios. Com os materiais assim obtidos, a Secretaria da UNESCO constituirá um arquivo central de informação e depósito do ISORID, ao qual poderão recorrer os interessados mediante o pagamento de importância a indicar ou mesmo gratuitamente.

Até meados de 1973, 63 países haviam já dado a sua adesão ao projecto com indicação do respectivo CNTI. O número deverá crescer pouco a pouco, pois é inegável o interesse destas investigações.

A partir do seu vol. 13(4) Jul. 1973, p. 235, o boletim «Bibliografia. Documentación. Terminología», editado pela UNESCO, principiou a incluir uma secção destinada à inclusão de notícias de projectos de investigação documental agrupadas por países de origem. Cada notícia compreende esquematicamente o seguinte: 1. Título 2. Descrição e aplicações; 3. Instituição; 4. Responsável; 5. Organismo que patrocina a investigação; 6. Duração.

Até hoje, já foi dada notícia de investigações empreendidas nos seguintes países: Bélgica, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Chile, Hungria, Índia, Inglaterra, Rússia e Suécia.

NOTÍCIAS VÁRIAS

INCORPORAÇÃO DE LIVROS PAROQUIAIS

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais de várias conservatórias do Registo Civil incorporados nos seguintes Arquivos, nos termos do artigo 49.º do Código do Registo Civil:

— Arquivo Distrital de Setúbal (Conservatória do Registo Civil de Almada).

Concelho do Seixal

Freguesias	Baptismos N.º de livros	Datas	Casamentos N.º de livros	Datas	Óbitos N.º livros	Datas
Arrentela	2	1834-1860 1860-1872	1	1823-1869	1	1820-1866
Amora	2	1848-1860 1860-1873	1	1821-1873	1	1820-1864
Aldeia de Paio-Pires	1	1843-1869			1	1803-1872
Seixal	2	1860-1869 1868-1873	1	1856-1873	1	1866-1873

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 169, 1974-7-22).

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

— Arquivo Distrital de Setúbal (Conservatória do Registo Civil de Palmela)

Concelho de Palmela

Freguesias	Baptismos N.º de livros	Datas	Casamentos N.º de livros	Datas	Óbitos N.º de livros	Datas
S. Pedro de Palmela	10	1851-1859 1860 1861 1862 1863 1964 1865 1866-1870 1870 1871	9	1840-1857 1857-1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865-1866 1867-1871	9	1856-1858 1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865-1866 1867-1869
S. Maria do Castelo de Palmela	1	1840-1859	1	1817-1855	1	1822-1856
S. Pedro de Marateca	1	1842-1859	1	1842-1860	1	1802-1868

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 218, 1974-9-18).

— Arquivo Distrital de Setúbal (Conservatória do Registo Civil de Santiago do Cacém)

Concelho de Santiago do Cacém

Freguesias	Baptismos N.º de livros	Datas	Casamentos N.º de livros	Datas	Óbitos N.º de livros	Datas
Abela	13	1833-1861 1860-1871 (1 por cada ano)	9	1863-1871 (1 por cada ano)	13	1813-1859 1860-1871 (1 por cada ano)
Alvalade	13	1849-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1794-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1833-1859 1860-1871 (1 por cada ano)
Cercal	13	1853-1860 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1844-1858 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1829-1860 1860-1871 (1 por cada ano)

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Freguesias	Baptismos N.º de livros	Datas	Casamentos N.º de livros	Datas	Obitos N.º de livros	Datas
Santa Cruz	6	1843-1860 1861-1864 1863-1864 1862 1865-1866 1867-1869	5	1823-1860 1864 1863 1865-1866 1867-1874	5	1813-1860 1861-1862 1863 1864-1865 1865-1867
Santiago do Cacém	7	1847-1860 1860 1861-1862 1863-1865 1865-1867 1867-1869 1869-1870	5	1847-1859 1860 1861-1865 1866-1868 1868-1870	5	1854-1859 1860 1861-1865 1865-1868 1868-1870
Santo André	13	1852-1959 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1775-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1846-1859 1860-1871 (1 por cada ano)
S. Bartolomeu da Serra	12	1826-1859 1860-1867 (1 por cada ano) 1868-1869 1870 1871	12	1771-1859 1860-1867 (1 por cada ano) 1868-1869 1870 1871	12	1842-1859 1860-1867 (1 por cada ano) 1868-1869 1870 1871
S. Domingos ⁽¹⁾	14	1834-1841 1842-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1846-1859 1860 1861 1862 1863-1864 1864-1871 (1 por cada ano)	12	1842-1859 1860 1861 1862 1863-1864 1864-1867 (1 por cada ano) 1868-1869 1870 1871
S. Francisco da Serra	14	1834-1857 1857-1860 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1773-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1834-1860 1860-1871 (1 por cada ano)

(Diário do Governo, II Série, n.º 219, 1974-9-18).

⁽¹⁾ Compreende 1 livro misto (baptismos, casamentos e óbitos) de 1859 a 1863.

— Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (Conservatória do Registo Civil de Santa Cruz da Graciosa).

Concelho de Santa Cruz da Graciosa

Freguesias	Baptismos N.º de liv.	Datas	Casamentos N.º de liv.	Datas	Óbitos N.º de liv.	Datas
Guadalupe	3	1850-1860 1860-1864 1865-1869	2	1825-1860 1860-1869	2	1811-1860 1860-1870
Luz	13	1847-1859 1860-1871 (1 por cada ano)	13	1845-1860 1860-1870 (1 por cada ano havendo 2 de 1869)	13	1830-1860 1860-1871 (1 por cada ano)
S. Mateus (1)	1	1841-1855				
Santa Cruz	2	1848-1860 1860-1868	1	1845-1860	2	1841-1860 1860-1870

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 84, 1974-4-9).

LEGISLAÇÃO

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
DIRECÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO
Decreto n.º 154/74 de 16 de Abril

Artigo 1.º O quadro do pessoal do Instituto de Orientação Profissional de Moçambique passa a ter a contiguação constante do mapa I anexo ao presente diploma.

Artigo 5.º O lugar de bibliotecário será provido, mediante concurso documental, entre diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista.

Categoria	Mapa I Quadro de pessoal Bibliotecário	número de unidades
F		1
Pessoal Bibliotecário	Mapa II	Gratificação mensal 1 500\$00
Pessoal Bibliotecário	Mapa III	Subsídio diário 140\$00

(*Diário do Governo*, I série, n.º 89, 1974-4-16).

(1) Tem ainda um livro de assentos de registo de perfilhações de 1871 (Setembro) a 1871 (Outubro).

LEITURA NOCTURNA

Autorizado o pagamento da remuneração ao pessoal incumbido do serviço de leitura nocturna das seguintes bibliotecas e de harmonia com as tabelas indicadas:

— Biblioteca Nacional de Lisboa (*Diário do Governo*, II Série, n.º 157, 1974-7-8):

Pessoal dos quadros	Por hora
2 primeiros-bibliotecários	50\$00
2 segundos-bibliotecários	45\$60
2 terceiros-bibliotecários	41\$70
2 fiéis de 1.ª classe	17\$20
Contratados além dos quadros	Por hora
1 primeiro-bibliotecário	50\$00
5 segundos-bibliotecários	45\$60
4 técnicos auxiliares de 3.ª classe	27\$20
1 auxiliar técnico	20\$60
2 porteiros de 1.ª classe	14\$40
1 contínuo de 1.ª classe	14\$40
6 contínuos de 2.ª classe	13\$90
8 serventes	13\$30

— Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (*Diário do Governo*, II Série, n.º 150, 1974-6-29):

Pessoal do quadro	Preço por hora
1 primeiro-bibliotecário	49\$80
1 escriturário-dactilógrafo	17\$20
1 contínuo de 1.ª classe	14\$40
2 contínuos de 2.ª classe	13\$80
Pessoal eventual	Preço por hora
1 auxiliar de serviços técnicos	12\$00
1 vigilante de hemeroteca	9\$60

— Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (*Diário do Governo*, II Série, n.º 95, 1974-4-23):

Pessoal do quadro	Por hora
1 primeiro-bibliotecário	49\$80
1 segundo-bibliotecário	45\$40
1 escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe	17\$20
1 contínuo de 1.ª classe	14\$40
2 contínuos de 2.ª classe	13\$80

— Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (*Diário do Governo*, II Série, n.º 254, 1974-10-31):

Pessoal do quadro	
1 primeiro-bibliotecário:	
primeira hora	65\$96
subsequentes	79\$15
1 segundo-bibliotecário:	
primeira hora	60\$41
subsequentes	72\$49
1 escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe:	
primeira hora	30\$55
subsequentes	36\$66

1 contínuo de 1. ^a classe:	
primeira hora	27\$77
subsequentes	33\$33
2 contínuos de 2. ^a classe:	
primeira hora	27\$07
subsequentes	32\$49

LISTAS DE ANTIGUIDADE

Nos termos da n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída para consulta a lista de antiguidade do pessoal do (da):

- Arquivo Distrital de Viseu (*Diário do Governo*, II Série, n.º 72, 1974-3-26).
- Biblioteca da Ajuda (*Diário do Governo*, II Série, n.º 73, 1974-3-27).
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (lista nominativa do pessoal desta Biblioteca provido nos lugares constantes do mapa a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 436/73, de 28 de Agosto, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do mesmo diploma, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 599/73, de 8 de Novembro) (*Diário do Governo*, II Série, n.º 115, 1974-5-17).
- Biblioteca Nacional de Lisboa (*Diário do Governo*, II Série, n.º 66, 1974-3-19).

LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

- Arquivo Distrital de Aveiro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 165, 1974-7-17).
- Arquivo Distrital de Faro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 254, 1974-10-31).
- Arquivo Distrital de Viseu — Um lugar de terceiro conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 132, 1974-6-6).
- Biblioteca Nacional de Angola — Um lugar de director. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 81, 1974-4-5).
- Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra — Um lugar de terceiro-bibliotecário e vagas que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade do concurso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 179, 1974-8-2).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada — Um lugar de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 113, 1974-5-15; *Idem*, n.º 204, 1974-9-2).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 113, 1974-5-15).
- Instituto Politécnico da Covilhã — Um lugar de bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 246, 1974-10-22).
- Universidade de Aveiro — Um lugar de director dos serviços de documentação. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 179, 1974-8-2).
- Universidade de Coimbra — Um lugar de segundo-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 78, 1974-4-2, *Idem*, n.º 167, 1974-7-19).
- Universidade de Coimbra — Um lugar de primeiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 160, 1974-7-11).
- Universidade de Lisboa — Dois lugares de segundo-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 140, 1974-6-18).
- Universidade de Lisboa (Reitoria) — Um lugar de segundo-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 77, 1974-4-1, *Idem*, n.º 140, 1974-6-18).
- Universidade Técnica de Lisboa — Dois lugares de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 78, 1974-4-2).
- Universidade Técnica de Lisboa — Um lugar de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 205, 1974-9-3).

MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

- * Maria Berta Soares Carvalho Rodrigues licenciada em Ciências Sociais e Política Ultramarina, técnica documentalista-chefe dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola — nomeada especialista dos mesmos Serviços, indo ocupar a vaga resultante de ter sido concedida a licença ilimitada ao diplomado com o curso de administração ultramarina Ricardo Fortuny Martorell, ficando exonerada dos cargos de técnica documentalista-chefe e de especialista interina a partir da data de posse.
(*Diário do Governo*, II Série n.º 70-1974-3-23).
- * Licenciado António Neves Correia de Sá Portocarrero contratado para exercer, com carácter provisório, as funções de primeiro-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
(*Diário do Governo*, II Série n.º 70-1974-3-23).
- * Licenciada Maria Luísa Graça de Lemos, terceiro-bibliotecário, em serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — reconduzida definitivamente nas respectivas funções, a partir de 30 de Janeiro do corrente ano.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 74-1974-3-28).
- * Maria Idalina de Sousa de Aguiar Ferreira da Silva, licenciada, terceiro-conservador do quadro do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos desde 17 de Janeiro último data em que foi provida noutro cargo público.
(*Diário do Governo*, II Série n.º 75, 1974-3-29).
- * Doutor Eduardo Esteves Pinto — nomeado bibliotecário da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto para o triénio de 1973-1976.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 83, 1974-4-8).
- * Licenciada Maria Stela de Jesus Afonso — contratada para desempenhar na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas as funções de técnico de 2.ª classe do quadro permanente.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 85, 1974-4-10).
- * Bacharel Maria do Carmo Martins de Abreu Barbosa — nomeada provisoriamente, para desempenhar o cargo de documentalista de 2.ª classe do quadro do pessoal do secretariado da Administração Pública de Presidência do Conselho preenchendo um dos lugares desta categoria criados pelo artigo 11.º, n.º 1, do decreto-Lei n.º 265-73, de 29 de Maio.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 96, 1974-4-24).
- * Carlos Alberto Esteves Gomes Escada — nomeado, para exercer, em regime de contrato, funções de técnico de documentação de 1.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.
(*Diário do Governo*, II, Série, n.º 96, 1974-4-24).
- * Licenciado António Neves Correia de Sá Portocarrero, segundo-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provido noutro lugar.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 101, 1974-4-30).
- * Bacharel Maria Margarida Faria Ribeiro da Cunha, segundo-bibliotecário-arquivista do quadro único do pessoal administrativo, técnico auxiliar e auxiliar dos serviços e órgãos centrais do Ministério da Educação Nacional — nomeada com carácter provisório, técnico de 2.ª classe do quadro único do pessoal dirigente e técnico dos serviços e órgãos centrais do Ministério.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 104, 1974-5-4).
- * Licenciado Manuel Artur de Fraga Norton — nomeado director de Serviços de Documentação da Universidade do Minho.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 109, 1974-5-14).
- * Lista provisória do concurso para o provimento de três lugares vagos de terceiro-bibliotecário, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª Série, n.º 34, de 9 de Fevereiro findo.
Candidato admitido:
Manuel Luís Campos de Sousa Real.
(*Diário do Governo*, III Série, n.º 117, 1974-5-20).
- * Doutor Fernando José Maria de Melo Manuel da Câmara Moser — nomeado bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa até ao termo do triénio para que fora nomeado o Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.
(*Diário do Governo*, II Série, n.º 144, 1974-6-22).

1 contínuo de 1. ^a classe:	
primeira hora	27\$77
subsequentes	33\$33
2 contínuos de 2. ^a classe:	
primeira hora	27\$07
subsequentes	32\$49

LISTAS DE ANTIGUIDADE

Nos termos da n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída para consulta a lista de antiguidade do pessoal do (da):

- Arquivo Distrital de Viseu (*Diário do Governo*, II Série, n.º 72, 1974-3-26).
- Biblioteca da Ajuda (*Diário do Governo*, II Série, n.º 73, 1974-3-27).
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (lista nominativa do pessoal desta Biblioteca provido nos lugares constantes do mapa a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 436/73, de 28 de Agosto, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do mesmo diploma, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 599/73, de 8 de Novembro) (*Diário do Governo*, II Série, n.º 115, 1974-5-17).
- Biblioteca Nacional de Lisboa (*Diário do Governo*, II Série, n.º 66, 1974-3-19).

LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

- Arquivo Distrital de Aveiro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 165, 1974-7-17).
- Arquivo Distrital de Faro — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 254, 1974-10-31).
- Arquivo Distrital de Viseu — Um lugar de terceiro conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 132, 1974-6-6).
- Biblioteca Nacional de Angola — Um lugar de director. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 81, 1974-4-5).
- Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra — Um lugar de terceiro-bibliotecário e vagas que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade do concurso. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 179, 1974-8-2).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada — Um lugar de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 113, 1974-5-15; *Idem*, n.º 204, 1974-9-2).
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real — Um lugar de terceiro-conservador (director). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 113, 1974-5-15).
- Instituto Politécnico da Covilhã — Um lugar de bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 246, 1974-10-22).
- Universidade de Aveiro — Um lugar de director dos serviços de documentação. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 179, 1974-8-2).
- Universidade de Coimbra — Um lugar de segundo-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 78, 1974-4-2, *Idem*, n.º 167, 1974-7-19).
- Universidade de Coimbra — Um lugar de primeiro-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 160, 1974-7-11).
- Universidade de Lisboa — Dois lugares de segundo-bibliotecário. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 140, 1974-6-18).
- Universidade de Lisboa (Reitoria) — Um lugar de segundo-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 77, 1974-4-1. *Idem*, n.º 140, 1974-6-18).
- Universidade Técnica de Lisboa — Dois lugares de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 78, 1974-4-2).
- Universidade Técnica de Lisboa — Um lugar de terceiro-conservador. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 205, 1974-9-3).

* Para os devidos efeitos e nos termos do artigo 36.º do respectivo regulamento se publica o resultado do concurso para terceiro-bibliotecário, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 34, de 9 de Fevereiro findo, do único candidato ao mesmo:

Manuel Luís Campos de Sousa Real — aprovado.

Esta graduação foi homologada por despacho da presidência de 7 do mês corrente.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 194, 1974-8-21).

* Licenciada Lúcia Maria da Silva Mariano Veloso — contratada, como terceiro-bibliotecário, para exercer funções na Universidade de Lisboa.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 205, 1974-9-3).

* Licenciada Maria Fernanda Macedo Nogueira de Andrade — contratada, como terceiro-conservador, para prestar serviço na Universidade Técnica de Lisboa.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 213, 1974-9-12).

* Maria Manuela R. da Silva Prates — contratada provisoriamente para o exercício das funções de primeiro-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Medicina (extensão do Campo de Santana) da Universidade de Lisboa.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 222, 1974-9-23).

* Filipe Pereira Oliva, terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, com efeitos a partir de 18 de Julho último, por ter sido provido noutra lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 231, 1974-10-3).

* Maria José Avelar de Azevedo Brás de Lourenço Carretas, terceiro-bibliotecário do quadro, a prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provido noutra lugar.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 233, 1974-10-7).

* Rescindido o contrato mediante o qual Maria José Cunha Sabino vinha exercendo o cargo de documentalista de 2.ª classe nos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, com efeitos a partir de 27 de Agosto último, em virtude de nessa data ter tomado posse de outras funções nos mesmos serviços.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 243, 1974-10-18).